

História e memória ou abandono e esquecimento? O caso do acervo da antiga Escola Normal de Niterói

Is it history and memory or abandonment and obliviousness? The case of former Niterói Teacher-Training School collection

Enviado em: 07-11- 2023

Aceito em: 05-01-2023

Claudia Maria Costa Alves de Oliveira¹

Cristiane Kozlowsky²

Resumo

O presente trabalho tem como propósito discutir a importância dos arquivos escolares tanto para a pesquisa em História da Educação quanto para o ensino na educação básica. A história da Escola Normal de Niterói e a construção do seu prédio insere-se no contexto de transformações do território urbano, no início do século XX. Compreendido como importante patrimônio que integra o conjunto arquitetônico da Praça da República, em Niterói, o prédio abriga um importante acervo documental. A documentação referente ao funcionamento da antiga Escola Normal, composta por fontes consideradas raras, encontra-se atualmente sob a guarda do Liceu Nilo Peçanha. O patrimônio documental não tem valor mercadológico, contudo abarca inestimável valor para a memória e para história da educação no Brasil. No contexto atual de crise do capitalismo, a educação consolidada na forma escolar sofre ataques, tanto por objetivos ideológicos, quanto econômicos. Sua memória é arrastada para a destruição.

Palavras-chave: Patrimônio documental; Arquivo escolar; Escola Normal de Niterói

Abstract

The aim of the present study is to address the key role played by school collections for both research in History of Education and teaching in basic education. The history of both Niterói Teacher-Training School and its building construction process is part of the urban-territory transformation context, in early 20th century. The aforementioned building is an important heritage that integrates the architectural ensemble known as *Praça da República* (Republic Square), in Niterói City, and that houses a relevant documentary heritage. The set of documents regarding the functioning of the former Teacher-Training School comprises rare information sources and is currently under the custody of Nilo Peçanha High School. Although this documentary heritage has no marketing value, it is extremely valuable for both the memory and history of education in Brazil. Education consolidated in its school form is under constant attack in the

1 Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil(2000). Professor Titular da Universidade Federal Fluminense , Brasil. E-mail: claudiaalves@id.uff.br

2 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: cris_kozlowsky@hotmail.com

current capitalism-crisis context, both due to ideological and economic goals. Consequently, its memory has been dragged towards destruction.

Keywords: Documentary heritage; School archive; Niterói Teacher-Training School

1. Introdução

A produção acadêmica sobre arquivos escolares tornou-se mais frequente a partir dos anos de 1990, momento em que a relação entre a escola e a cultura concentrou a atenção dos pesquisadores. Nesse contexto, em que novas reflexões teóricas passaram a influenciar as pesquisas no campo da História da Educação, as práticas de professores e alunos, os livros didáticos, as disciplinas, o currículo, as instituições escolares surgiram como temas privilegiados e valorizados. O fato de os acervos, que estão sob a guarda das escolas, conterem materiais que podem ser transformados em preciosas fontes para responder a novas e variadas questões de pesquisa, constituiu-se em temática de interesse na historiografia educacional brasileira.

A ampliação do conceito de fontes para as pesquisas na área conduziu os estudiosos a buscarem documentos escolares, esbarrando, assim, nas questões relativas às normas e condições de guarda, além da incerteza de disponibilização do acervo. Lamentavelmente, abrigar o arquivo não tem sido garantia de preservação da sua documentação. Além disso, o acesso não pode ser considerado como garantido, visto que depende de vários fatores, inclusive da boa vontade da gestão que estiver em exercício. A partir das palavras de Diana Vidal, podemos compreender melhor a importância desses documentos para os estudos atuais da área de História da Educação:

é forçoso realçar que uma reconsideração das normas de guarda de documentos escolares, contemplando a preservação de exercícios, cadernos, provas escolares, diários de classe, cartazes, quadros, dentre outros, pode aumentar as possibilidades de estudos acerca das práticas escolares. (...) Tomados em sua materialidade, esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e das respostas; mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de fórmulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo; definindo uma hierarquia de saberes (...) (VIDAL, 2004, p. 11)

Se, por um lado, os arquivos do tipo escolar têm sob sua guarda documentos que se destinam a questões legais, burocráticas e administrativas³, por outro, carregam consigo uma gama de materiais relacionados à memória, à cultura, à história e ao patrimônio. Por esse motivo, tornam-se tão importantes para um amplo conjunto de pessoas, dentre as quais os pesquisadores que buscam construir a história a partir da análise de fontes oriundas do cotidiano escolar. Mas sua importância afirma-se para a sociedade, pois possibilitam a oportunidade de conexão da população com o seu passado escolar. Também se tornam úteis para os processos de ensino-aprendizagem, com a utilização do patrimônio documental da escola em trabalhos desenvolvidos pela comunidade escolar, promovendo conhecimento e sentimento de pertencimento aos educandos.

Neste texto, discutiremos a importância da preservação e da pesquisa em arquivos escolares, destacando suas potencialidades como lugar de memória, como lugar de história (NORA, 1993), como espaço de ensino-aprendizagem. Trata-se de um estudo baseado em experiências de pesquisa que recorreram a documentos encontrados no arquivo da Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha, situado na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. No acervo, encontramos documentos que, em parte, são referentes ao funcionamento, durante o período republicano, da antiga Escola Normal de Niterói.⁴

A escola estadual em questão funciona no prédio, construído em 1918, para abrigar a antiga Escola Normal fluminense e, por esse motivo, abriga o seu acervo. Nele, encontram-se preservados documentos de diversas tipologias dentre as quais destacamos: inventários; termos de posse de funcionários; pedidos dos pais para submissão dos filhos à prova de admissão; atestados médicos; certidões de idade; cópias de assentamentos de batismo;

3 A documentação preservada em arquivos escolares tem uma finalidade precípua de comprovação de conclusão de cursos para ex-alunos, assim como de informações funcionais para profissionais que ali desempenharam funções diversas, sobretudo como professores.

4 Fundada em 1835, a instituição foi a primeira escola de formação de professores do país (VILLELA, 2002).

provas de admissão; e inúmeros exames finais, de diversas disciplinas escolares, que seguem uma sequência com duração de mais de uma década.

2. Caminhos entrelaçados: a documentação esquecida e a pesquisa em História da Educação

O arquivo da atual Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha e a documentação que está sob sua guarda se entrelaça com a nossa trajetória de pesquisa. A descoberta do arquivo foi uma experiência que, parafraseando a historiadora Arlette Farge, causou assombro e um certo abalo emocional (2009, p. 36). O impacto foi muito mais pela beleza do encontro entre as pesquisadoras e a raríssima documentação presente no acervo, do que pela tristeza sentida ao ver o abandono em que se encontravam tais documentos.

Ainda na década de 1980, a busca de fontes para uma pesquisa de dissertação de mestrado⁵, concentrada na busca pelas origens da instituição que se encontra associada ao nome da escola – o Liceu Provincial de Niterói, criado em 1847 – motivou o acesso ao arquivo histórico. Naquele momento, o acervo encontrava-se instalado em uma construção anexa ao prédio histórico. Embora não contasse com um tratamento profissional que o considerasse na sua dimensão patrimonial e arquivística, a documentação que ali se encontrava recebia atenção por seu valor comprobatório. Pessoas idosas, sobretudo mulheres professoras, mas não exclusivamente, recorriam aos registros de sua passagem pela instituição como estudantes, para obterem comprovação que lhes garantisse direitos referentes à aposentadoria ou assemelhados.

A pesquisa prosseguiu no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e em outros acervos, tendo em vista que a documentação do arquivo existente na escola não alcançava os marcos temporais que recuavam a décadas anteriores do século XIX. A referida pesquisa demonstrou que aquele primeiro Liceu, que incorporou a Escola Normal criada em 1835, foi extinto alguns anos depois, em 1852. A fragilidade daquelas instituições pioneiras, o baixo nível de

5 ALVES, Claudia Maria Costa. *A reforma de 1847 no quadro na instrução imperial: significado da criação do Liceu Provincial de Niterói*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987. Dissertação de Mestrado em Educação.

formalização dos procedimentos institucionais escolares, assim como a escassez de registros escritos na primeira metade do século XIX, precisam ser considerados como aspectos importantes na inexistência de documentos preservados no acervo escolar de que tratamos, para o período mais remoto. Nova oportunidade de contato apresentou-se mais recentemente, na experiência de pesquisa empreendida nos anos 2020. O arquivo havia sido deslocado para outro anexo, agora em condições bem mais precárias, situado em um andar térreo sujeito a inundações e sob riscos variados.

Um aspecto que imediatamente chama a atenção, no momento atual, é que a escola estadual não possui um espaço em seu prédio para resguardar a sua documentação. Parte do acervo, mais precisamente, o arquivo intermediário e o arquivo permanente (BONATO, 2005, p. 207), estão no primeiro andar do prédio, ao lado do local onde funciona a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Por ser muito escuro, o local assemelha-se a um porão.

A curiosidade em saber o que havia no arquivo nos levou a explorá-lo com certa regularidade. Logo no início dessa jornada, localizamos um material datado a partir da última década do Oitocentos, pertencente à antiga Escola Normal de Niterói, que, outrora, funcionava naquele prédio. Como é possível ver nas imagens abaixo, no acervo havia exames finais de diversas disciplinas, datados do último decênio do século XIX. Apesar das dificuldades inicialmente enfrentadas para acessar os documentos, nossa insistência gerou frutos, pois parte do material encontrado foi utilizado como fonte para a construção de pesquisas na área de História da Educação.⁶

6 KOZLOWSKY, Cristiane. O ensino de História e a formação das professoras na Escola Normal de Niterói nos primórdios da República (1896-1899). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Dissertação de Mestrado em Educação.

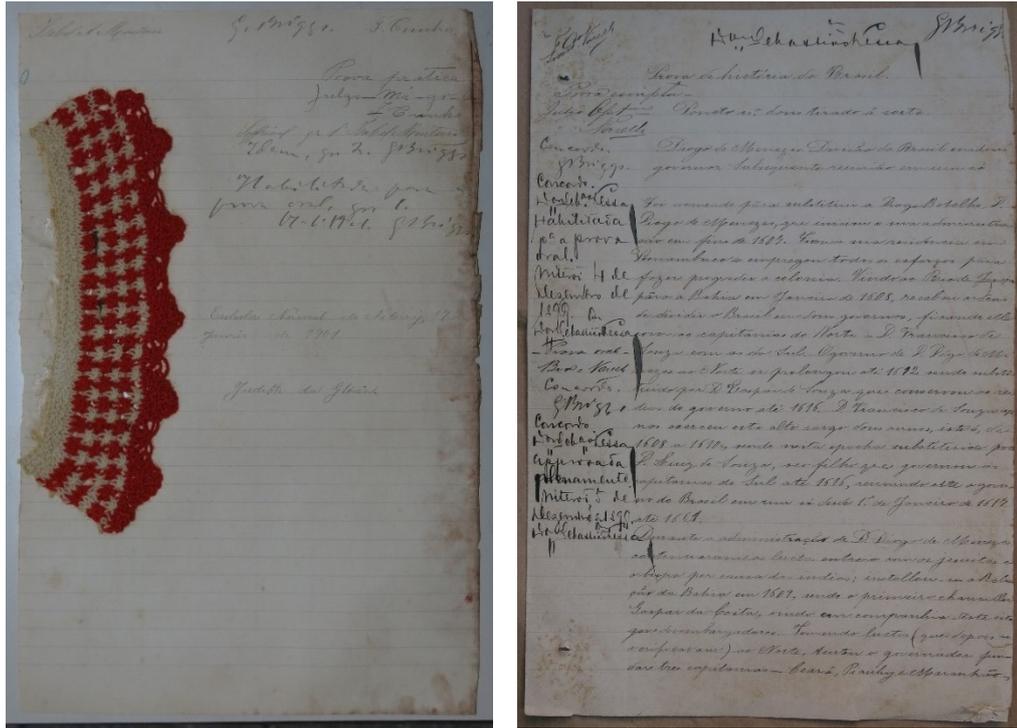


Figura 1: Exame prático de trabalhos de agulha (1901). **Figura 2:** Primeira página do exame final de história do Brasil (1899). **Fonte:** arquivo da escola estadual liceu nilo Peçanha.

A possibilidade de conhecer esse arquivo foi uma rica experiência. O material, tão raro e diversificado, quanto abandonado e desconhecido por parte dos estudiosos, transformou-se em uma valiosa oportunidade de pesquisa. Como apontamos na introdução, as tipologias documentais que se encontram no acervo são variadas, apresentando, assim, múltiplas possibilidades de pesquisa histórica, como, por exemplo: conhecer as atividades administrativas e pedagógicas da escola e as transformação da educação ao longo do tempo; caracterizar o corpo docente da instituição via análise dos termos de posse; através dos documentos pessoais dos alunos traçar um perfil dos estudantes que frequentavam a escola normal em determinado período; por meio dos exames escolares refletir sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas, a construção dos saberes escolares e a constituição do currículo. Ou seja, utilizando a metáfora aeronáutica do historiador da educação Dominique Julia, esse tipo de material torna possível buscar compreender como era o funcionamento interno da escola, abrir a “caixa-preta” (JULIA, 2001, p. 13) para vir a conhecer o que ocorria nesse espaço particular.

Ressaltamos que a quantidade de documentos que estão sob a guarda do arquivo escolar em questão é muito vasta. O documento mais antigo localizado é datado de 1893. Existem materiais referentes tanto ao funcionamento da antiga Escola Normal, que foi transferida para outro prédio, nos anos de 1950, quanto ao funcionamento do Liceu em momentos históricos e com denominações distintas, como Liceu de Humanidades e Liceu Nilo Peçanha. Boa parte da documentação jamais foi tomada como fonte, o que configura a necessidade de cuidado com o acervo e o incentivo à pesquisa.

Certamente, não é apenas de preciosos documentos que se constitui um arquivo. É preciso que a estrutura física seja adequada, o que não é a realidade do arquivo da Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha. Para começar, gostaríamos de registrar que os documentos estão situados no andar térreo do prédio e que o piso não tem estrutura para suportar o peso das estantes. Como o chão está cedendo, quando chove, o arquivo sofre com inundações. Parte do acervo fica exposta à água em decorrência de ter sido depositado no chão, o que fatalmente leva à perda de informações preciosas. Além disso, não existem funcionários designados para trabalhar com a documentação e nem maiores preocupações com a higienização dos materiais ou acondicionamento climático adequado. A omissão no trato com o arquivo gera um quadro desolador, que incluía presença de muitos insetos e até de morcegos.



Figura 3: fotografia do arquivo inundado. **Figura 4:** prateleiras infestadas de cupins. **Fonte:** arquivo pessoal da autora.

3. Importância do acervo da Escola Normal de Niterói

“Vae-se lêr não a historia cabal (...) porque isto já seria impossível com o auxílio de um Archivo outróra crimosamente desfalcado, mas esboço contendo achêgas que bem permittem , a visão panorâmica – no Tempo e no Espaço – de uma Casa e de uma Sociedade, cujos usos e costumes dão a medida dos pensares da nossa gente pretérita e contemporânea no cyclo cumprido, retratando a evolução da escola.”

No livro intitulado *A mais antiga Escola Normal do Brasil (1835-1935)*, seu autor, Lacerda Nogueira,⁷ do qual extraímos a citação acima (NOGUEIRA, 1938, p. 11) demonstrou ter realizado um esforço de pesquisa para escrever o que chamou de um esboço de “história administrativa e episódica” sobre a Escola Normal de Niterói. A publicação ocorreu em virtude das comemorações do primeiro centenário da instituição. Logo no texto introdutório, Nogueira destacou as dificuldades em localizar parte da documentação arquivística que, aparentemente, havia sido perdida. Hoje, em 2023, estamos nos aproximando do segundo centenário da Escola Normal fluminense e ainda compartilhamos

7 Nelson Lacerda Nogueira foi diretor geral do Arquivo Público e da Biblioteca Universitária. Ocupou a cadeira nº 38 da Academia Fluminense de Letras.

com Nogueira as angústias de ver a documentação sobre a instituição se perder ao sabor do tempo, do descaso e da omissão.

A trajetória da institucionalização da formação de professores está intrinsecamente ligada ao processo histórico de estabelecimento e consolidação da educação escolar ao longo do século XIX. Um novo modo de socialização emergiu e a aquisição dos conhecimentos, que outrora se confundia com a vida prática e a execução de tarefas familiares, passou a ser realizada em um lugar específico: a escola. Foi nesse espaço que se consolidou um tipo peculiar de relação social, a relação pedagógica entre um mestre e um aluno (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001).

No Brasil, o Ato Adicional de 1834 criou o Município Neutro, separando a Corte – onde se situava a capital do Império – e a Província do Rio de Janeiro, ampliando, assim, a autonomia administrativa desta última. Nesse contexto, a cidade de *Nictheroy* tornou-se a capital provincial. Após alguns meses da reforma constitucional de 1834, por meio da Lei nº 10, de 4 de abril de 1835, a Província do Rio de Janeiro foi a primeira a inaugurar uma Escola Normal. Nessa primeira fase da Escola Normal de Niterói, de acordo com Villela (2008, p. 34), o professor desse Estado nacional que se organizava deveria funcionar mais como um agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que como um intelectual difusor de conhecimentos.

Professores públicos de outras províncias buscavam sua formação no curso normal da escola de Niterói e, depois, retornavam para ensinar o que haviam aprendido a outros professores da sua região. A visão de mundo que era difundida deveria possibilitar que os objetivos da classe dirigente se confundissem com os objetivos de cada indivíduo. Para tanto, era necessário civilizar, para poder dominar e controlar, desenvolvendo um sentimento de pertencimento a um Estado. Nesse sentido, os conhecimentos transmitidos não deveriam capacitar os indivíduos para subverterem a ordem, mas, sim, mantê-la.

As décadas de 1850 e 1860, não constituíram um momento favorável à consolidação da formação dos professores por meio de escolas normais. De modo geral, embora algumas escolas tenham sido criadas ou recriadas pelas

diversas províncias durante esse período, suas trajetórias foram marcadas por incertezas e adversidades. O contínuo processo de abertura e fechamento levou tais instituições à decadência e ao descrédito. A hipótese mais viável, para Villela (2008, p. 43), apoia-se no fato de que as ações favoráveis à manutenção da Escola Normal de Niterói se fragilizaram pela insistente permanência do modelo artesanal de preparação do professorado. A concepção de uma formação docente institucionalizada concorria com o modelo de formação pela prática. A convivência de ideias distintas para formar tais profissionais, em alguns momentos, ofuscou a importância dos cursos normais.

Historicamente, em certos períodos, por causa das constantes aberturas e fechamentos de ambas as instituições, as Escolas Normais e os Liceus conviviam no mesmo prédio. O arquivo escolar de Niterói apresenta esse traço em sua documentação. Em muitos casos, não foram criadas escolas normais precisamente, mas um curso normal ligado aos Liceus pelo acréscimo de uma cadeira de Pedagogia ou, no máximo, duas cadeiras, uma de Pedagogia e outra de Metodologia. A partir dessa solução econômica e que aligeirava a formação dos professores, a criação das escolas normais foi acomodada ao ensino secundário ministrado nos Liceus. De fato, as duas escolas “acabaram influenciando-se mutuamente, ao mesmo tempo em que foram se configurando como escolas distintas” (KULESZA, 1998, p. 63).

A ausência de um edifício próprio para abrigar a Escola Normal era assunto recorrente nos relatórios dos presidentes de estado. Desde 1835, ano de sua fundação, a escola passou por mudanças frequentes de endereço. Após os problemas decorrentes da Revolta da Armada, entre os anos de 1895 e 1903, a escola funcionou, provisoriamente, na sede da Secretaria de Finanças. Depois foi transferida para o antigo palácio do governo, local onde funcionou até ser instalada em prédio próprio, construído especialmente para a Escola fluminense.

No cenário dos primeiros anos do período republicano, nos discursos de políticos, intelectuais, jornalistas e educadores da época, a escola foi eleita como um espaço fundamental para a concretização dos ideais do novo regime.

O progresso da nação passou a estar atrelado à necessidade de mudanças dos hábitos e dos valores da população. A escola primária tornou-se a instituição que, por excelência, deveria servir como modelo e divulgar o projeto republicano de educação popular. Dessa maneira, tornou-se fundamental construir um discurso de valorização da educação e investir na construção de prédios escolares, na formação de professores e em novos métodos de ensino (SOUZA, 1998). A história da Escola Normal de Niterói e a construção do seu prédio insere-se nesse contexto de transformações. Em 1918, foi inaugurado o prédio destinado à Escola Normal de Niterói.



Figura 5: Fotografia do prédio construído para a escola normal e atualmente da escola estadual liceu nilo Peçanha. **Fonte:** Arquivo pessoal das autoras.

Compreendido como importante patrimônio que integra o conjunto arquitetônico da Praça da República, em Niterói, o prédio está localizado no centro da cidade. Construções planejadas para serem exclusivamente espaços de ensino-aprendizagem, ou seja, prédios escolares, faziam parte de uma estratégia para demonstrar desenvolvimento econômico e dar visibilidade política. Atualmente, o prédio abriga um importante patrimônio documental que necessita ser preservado e disponibilizado, ao qual procuramos dar maior visibilidade nesse artigo.

Em nosso entendimento, vestígios deixados pela presença de alunos e professores que atuaram no século XIX são raros e fragmentados – daí sua inestimável importância. Segundo Dominique Julia, não só no Brasil, mas, também no caso francês, os textos escritos por sujeitos escolares foram pouco conservados, pois “o descrédito que se atribui a este gênero de produção, assim como a obrigação em que periodicamente se acham os estabelecimentos escolares de ganhar espaço, levaram-nos a jogar no lixo 99% das produções escolares” (2001, p. 15). Desse modo, torna-se urgente a preservação do material contido nesse tipo de acervo. Muitas vezes, tais documentos são considerados desnecessários – por isso, descartáveis – por funcionários despreparados para organizar e compreender a importância da documentação.

De acordo com Mogarro (2005, p. 112), “o passado e os seus testemunhos materiais pertencem às comunidades herdeiras dos produtores desses mesmos materiais”. Sendo assim, para além da pesquisa de cunho historiográfico, o acesso ao arquivo pode contribuir para a reacender a lembrança daqueles que fizeram parte da escola, em diferentes épocas, transformando esse espaço, também, em um lugar de memória.

4. O patrimônio escolar no quadro das lutas por educação no contexto da história urbana

A instituição que atualmente ocupa o prédio que, em 1918, foi construído e destinado ao funcionamento da Escola Normal de Niterói, a Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha, é uma escola pública, voltada para o Ensino Médio. Como foi dito anteriormente, o educandário é herdeiro de duas instituições de ensino importantes, tanto para a história da educação do município de Niterói e do estado como um todo, quanto para a história da educação institucionalizada do país. Dentre suas heranças, recebeu o prédio, sua denominação e parte do acervo documental das instituições que o antecederam.

O “Liceu”, como é carinhosamente conhecido pelos niteroienses, não vive seus melhores dias. Situado na região central da cidade localiza-se, de

maneira privilegiada, ao lado da Câmara Municipal. Costuma ser alvo de audiências públicas, contando com a presença de vários representantes da comunidade escolar: docentes, discentes, funcionários, pais de alunos, entre outros. O objetivo de tais eventos tem sido o de cobrar do poder público melhorias na instituição. Em meio às repetidas reivindicações, encontram-se a ampliação da equipe de apoio para a manutenção, recuperação e preservação do arquivo.⁸ Não encontramos notícias sobre ações efetivas. Até o momento, a realidade do arquivo continua a mesma.

Vale ressaltar que, no decorrer deste início de século, as lutas contra o sucateamento e o abandono da rede estadual de educação do Rio de Janeiro têm sido constantes. Nota-se, inclusive, a grande adesão dos profissionais da rede às inúmeras greves. O fechamento de turmas e de escolas,⁹ além da queda no número de matrículas são resultados de uma política neoliberal, com o objetivo de impor um projeto educacional voltado ao padrão de mercado. Ou seja, menos preocupado com a formação e mais interessado na inclusão dos indivíduos ao mercado de trabalho.

Tal quadro deve ser considerado na reflexão sobre preservação, tomando-se o conceito de patrimônio de forma ampla, de modo a explicitar a interrelação entre documentos manuscritos e impressos, arquitetura e projeto urbano. A existência de um acervo de tamanha riqueza documental decorre de um projeto que associou a importância que assumia a formação do magistério – principalmente pensado para professoras destinadas a assumirem as classes da escolarização primária – com a materialização de uma arquitetura urbana que fortalecesse a cidade de Niterói como capital do estado, naquele período inicial da República. De vila e cidade-capital, Niterói nasceu em 1835,

8 Notícia do Jornal A Tribuna, publicada em 15 de maio de 2019. Ver: <https://www.tribunarij.com.br/materia/colégio-liceu-nilo-pecanha-sera-tema-de-audiencia-publica> Acesso em: 18 outubro 2023.

9 Notícia do Jornal Extra, publicada em 22 de fevereiro de 2019. Ver: https://extra.globo.com/noticias/educacao/estado-do-rio-fechou-1147-turmas-de-ensino-medio-entre-2016-2018-23471921.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra&fbclid=IwAR2HxwmmhvfO4Ucl9IXOWX4bE3rCwE2kS0pYW4Kh4RdZkThHwINgpGlek7A Acesso: 18 outubro 2023.

precisando afirmar-se, desde a sua origem, como centro urbano de referência e afirmação de velhas oligarquias rurais, da província do Rio de Janeiro.

Desde o início do século XIX, ainda como Vila Real da Praia Grande (1819) – portanto, antes mesmo de ser alçada à condição de capital da Província do Rio de Janeiro – o espaço urbano em edificação passou a ser objeto de ordenação em planos que previam aberturas de vias e embelezamento com jardins¹⁰. No início do século XX, os ecos do novo destaque concedido ao urbanismo no continente europeu repercutiram em solo brasileiro, ganhando expressão nas obras de grande volume que alteraram a cidade do Rio de Janeiro, marcado pelos ares de modernidade da Reforma de Pereira Passos (ABREU, 1987). Niterói viria a usufruir igualmente dessa repercussão modernizadora em sua área central em planos de forte impacto.

Para a cidade de Niterói, o início do período republicano foi conturbado. A cidade sofreu fortemente os efeitos das lutas que sucederam a Proclamação da República, no embate consubstanciado na Revolta da Armada, no período de setembro de 1893 a março de 1894, quando militares da Marinha exigiram a deposição do presidente Floriano Peixoto. Niterói foi bombardeada, sofrendo consequências da destruição material, e perdendo a condição de capital do estado, transferida para a cidade de Petrópolis, de fevereiro de 1894 a junho de 1903, em uma região interiorana do estado do Rio de Janeiro. Somente em 1903, Niterói retomou o título de capital. O prédio que então abrigava a Escola Normal não teve condições de continuar seu funcionamento e o ano letivo de 1893 foi cancelado. No mesmo ano, foi publicada uma legislação que organizou o ensino público do estado do Rio de Janeiro. A escola fluminense teve suas atividades restabelecidas.¹¹

O retorno à posição de capital do Estado do Rio de Janeiro estimulou investimentos, usufruindo da industrialização crescente na sua parte norte e das atividades resultantes da movimentação de pessoas e instalação de órgãos da administração pública. Criaram-se circunstâncias para a demanda e

10 Já em 1819, o pintor francês Arnaud Julien Pallière elaborou um *Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande*. Cf. AZEVEDO, 1997, p. 31-34.

11 BRASIL. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 41, de 28 de janeiro de 1893, Art. 59.

difusão de instituições escolares nos níveis primário, secundário e superior. Multiplicaram-se as unidades escolares da rede privada, tanto de iniciativa de ordens religiosas, como de indivíduos e famílias que investiram nesse novo mercado. Manna Nunes Maia (2017, p. 124) chama a atenção para o seguinte:

Deste modo, enquanto capital do estado, Niterói congregou intelectuais (como médicos, sanitaristas, literatos, jornalistas, educadores, engenheiros) locais e oriundos de outras cidades fluminenses que elaboraram propostas para o “modernismo fluminense”.

O projeto arquitetônico, assim como a construção do prédio destinado a abrigar a Escola Normal de Niterói, inseriu-se nesse contexto de afirmação da cidade como capital e de *locus* de um projeto republicano que incluía a escolarização. Sua localização no centro urbano, em um local de grande simbolismo que recebeu a denominação de Praça da República, projetada para abrigar os poderes legislativo e judiciário estaduais, pode ser tomada como um indício claro da importância que lhe era atribuída. Em boa medida, é possível compreender a guarda de tantos documentos e a constituição de um acervo histórico de tamanha riqueza a essa representação social de que a Escola usufruía. Mesmo depois que a Escola Normal se retirou para outra localização, a permanência do Liceu Nilo Peçanha naquele prédio histórico associou-se a um esforço de conservação. Durante boa parte do século XX, até a década de 1970, a formação de elites intelectuais possuía, na instituição ali abrigada, uma das referências mais significativas para a população urbana, não só da cidade, mas dos municípios vizinhos. Não é possível compreender a existência da documentação escolar ali encontrada sem levar em conta esse aspecto histórico fundamental.

O abandono que se constata atualmente decorre da queda de seu prestígio, deslocada do centro dos projetos políticos de condução da sociedade brasileira. O declínio da educação pública, decorrente de políticas de favorecimento à escola privada, retirou, também do prédio e seu projeto arquitetônico, o valor simbólico de que gozaram por tantas décadas. O processo paralelo de expansão urbana, que deslocou do centro da cidade o interesse empresarial, associou-se à fusão dos antigos estados do Rio de

Janeiro e da Guanabara, em 1975, que retirou de Niterói a condição de capital estadual. Muitos âmbitos da administração pública, assim como muitos serviços, deslocaram-se para a cidade do Rio de Janeiro, esvaziando-se incentivos e possibilidades de investimento. As dificuldades de conservação, portanto, incluem documentação, prédio histórico e projeto urbano, imbricados em processos de desvalorização.

5. A invisibilidade dos acervos escolares

Nessa parte do texto, optamos por buscar, na legislação e em documentos que tratam sobre a educação do país, referências sobre arquivos em geral e, mais precisamente, arquivos escolares. Nosso foco são os arquivos permanentes que fazem parte das escolas mais antigas. Consideramos o acervo que integra esses espaços um patrimônio documental, definido por Bellotto (2000, p. 154) como:

Constituem patrimônio documental somente aqueles documentos que: - já cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados; - que já não tramitam; - que já passaram pelo arquivo corrente; - que, já submetidos às tabelas de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal tanto para a história institucional da entidade que o produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição. Esses conjuntos documentais, portanto, reunidos nos arquivos permanentes também chamados históricos, vêm a constituir o patrimônio documental institucional, municipal, provincial/estadual ou nacional.

A Lei n. 8.159/1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, isto é, que regula a produção e a guarda de documentos em âmbito nacional, tornou mais abrangente o conceito de documento “indo além do domínio da burocracia para o domínio geral da cultura, pois reconhece a necessidade de proteção de documentos não burocráticos, oficiais (BONATO, 2005, p. 196). Assim, apesar de ser um avanço importante, a existência dessa legislação não tem sido suficiente para garantir a salvaguarda da documentação e o acesso aos acervos escolares. A ideia de arquivo escolar carece de uma ampliação em seu sentido, visto que o material contido nesse espaço ultrapassa a simples guarda

de documentos comprobatórios da formação de alunos ou da administração escolar.

A abertura dos arquivos escolares ao público escolar, ou seja, aos alunos, bem como a toda comunidade escolar, possibilitaria um trabalho educativo importantíssimo, pois a gama de temáticas que podem ser abordadas por meio dessas ações é bastante ampla e relevante. A contribuição para a formação discente (e por que não docente?) por meio de atividades que ajudem a identificar e a fortalecer a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento; que conscientize sobre o valor patrimonial; que apresente a importância dos bens histórico-culturais; que abra o diálogo com diversas áreas do conhecimento, são alguns exemplos de possibilidades de aprendizagem com o uso da documentação de arquivo, no caso, escolar. No entanto, “é sabido que o potencial didático-pedagógico do patrimônio documental contido nas instituições arquivísticas vem sendo pouco explorado pelas instituições escolares” (BONATO, 2005, p. 215).

Para esse estudo, inicialmente, buscamos na Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja, uma Lei geral e importante, alguma referência à questão da documentação produzida/acumulada pelas instituições escolares no exercício de suas funções. Constatamos que não há, no texto da principal legislação sobre educação do país, qualquer menção sobre os documentos que comprovam e narram a atividade pedagógica. A existência da Lei de Arquivos pode justificar tal ausência.

Com a intenção de pensar para além do uso acadêmico do material de arquivo e dar atenção ao seu uso didático, nos debruçamos sobre dois documentos prescritivos, ou seja, documentos que contêm uma dimensão expressa nas normativas da política educacional referentes ao currículo.¹² O

12 GOODSON, Ivor F.. *A construção social do currículo*. Lisboa: EDUCA, 1997. Não cabe nesse artigo apresentar as discussões dos diversos pesquisadores da área do currículo. No entanto, vale ressaltar nossa concepção sobre o termo. Compreendemos que o currículo não é um dado atemporal, mas uma construção social atravessada por disputas. Tais disputas podem ser externas, isto é, ligadas a questões políticas e sociais, ou podem ser internas, ou seja, derivadas do interior do campo científico e/ou profissional – comumente relacionadas às

primeiro foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua versão completa, publicada em 2018, que inclui o Ensino Médio. Trata-se de um documento curricular desenvolvido pelo Ministério da Educação para toda a Educação Básica. Sendo assim, a BNCC, por ser um documento curricular oficial, deve embasar os currículos dos diversos municípios e estados do Brasil. O segundo documento selecionado foi o Currículo Referencial para o estado do Rio de Janeiro, voltado para o Ensino Médio e alinhado à BNCC, implementado recentemente, no ano de 2022.

No texto da BNCC, realizamos a busca pela palavra “arquivo” em todo o documento. Nas suas 600 páginas, encontramos a palavra apenas sete vezes. Desse total, quatro estavam em notas de pé de página e três no corpo do texto. Em duas dessas passagens, o vocábulo referia-se a “arquivos sonoros” (BRASIL, p. 74;143). A palavra arquivo (no sentido de arquivo histórico) é mencionada somente uma vez no corpo de todo o documento. Encontra-se tal menção no capítulo referente às etapas do Ensino Fundamental, mais precisamente na sessão que versa sobre a área de ciências humanas. Para o ensino médio, não há qualquer referência ao termo “arquivo” ou “arquivo escolar” como um espaço de possibilidade para a aprendizagem. Segue o trecho do documento da BNCC (2018, p. 355) em que a palavra aparece:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, **arquivos**, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e de argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico. É nessa fase que os alunos começam a desenvolver procedimentos de investigação em Ciências Humanas, como a pesquisa sobre diferentes fontes documentais, a observação e o registro – de paisagens, fatos, acontecimentos e depoimentos – e o estabelecimento de comparações. Esses procedimentos são fundamentais para que compreendam a si mesmos e àqueles que estão em seu entorno, suas histórias de vida e as diferenças dos grupos sociais com os quais se relacionam. O processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país” (Grifo nosso)

questões teórico-metodológicas. Sendo assim, currículo é terreno de lutas e a regulação pela política, mais precisamente, as políticas curriculares, tendem a subalternizar a prática docente.

No texto, o arquivo é considerado um “ambiente educativo” para o ensino fundamental. Por ser portador de fontes documentais, o arquivo também está atrelado, embora não seja diretamente mencionado, à ideia de “desenvolver procedimentos de investigação em Ciências Humanas”. A “história local”, considerada uma temática que poderia estar vinculada à ideia de centros de memória ou arquivos estaduais e/ou municipais, é citada não mais que uma vez no documento. Novamente, na parte sobre o ensino fundamental, integrando as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos do 9º ano, a prescrição é para que os discentes desenvolvam a habilidade de “caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da *história local* e regional até 1954” (BRASIL, 2018, p. 429, grifo nosso).

No segundo documento selecionado, o Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro, relativo ao Ensino Médio (Regular e Educação de Jovens e Adultos), ou seja, concernente ao mesmo nível de ensino praticado no Liceu Nilo Peçanha, encontramos ainda mais escassez de prescrições que mencionem arquivos, escolares ou não, como possibilidade de aprendizagem. A palavra arquivo só aparece em notas de pé de página. O termo “história local” sequer é mencionado.

Nos quadros disciplinares apresentados no documento estadual, observamos as competências e habilidades voltadas para ensinar história. As competências específicas estão relacionadas com as habilidades a serem alcançadas, ambas seguindo o texto da BNCC. No entanto, são apresentadas, também, habilidades específicas referentes às “especificidades do território fluminense” (RIO DE JANEIRO, 2022, p. 41) com o objetivo de aproximar a BNCC à realidade estadual.

Nesse quadro, destacamos uma das habilidades específicas relativa ao ensino de história para 1ª série do Ensino Médio: “Compreender a apreciação, a frequência e a produção de cultura material e imaterial como elementos da elaboração do conhecimento, parte do patrimônio cultural de todo o país (RIO DE JANEIRO, 2022, p. 106)”. Como objeto do conhecimento para essa habilidade, isto é, dentre os assuntos abordados no decorrer do

desenvolvimento desse componente curricular, o documento enfatiza as relações entre História e Memória.

De acordo com Bellotto (2000, p.153), o patrimônio documental, que constitui os arquivos permanentes integra o patrimônio histórico. Além disso, “como algo inerente à sociedade que produz/usa/consome o documento do arquivo, seja ele normativo, testemunhal ou informativo, não deixa de ser elemento integrante do patrimônio cultural” (2000, p. 153). Nesse sentido, os arquivos escolares são lugares que salvaguardam a memória e o patrimônio cultural de uma sociedade. Para cumprir o seu papel precisam estar em boas condições, serem acessíveis. A contribuição para a pesquisa histórica, para a construção da memória, para a realização de atividades de ensino-aprendizagem e, claro, para a prática da cidadania, torna urgente o enfrentamento das dificuldades. Os indivíduos têm o direito de ter acesso à sua própria cultura, à sua história, à memória coletiva e social.

6. Considerações Finais

Diante da dramaticidade desse quadro, algumas medidas deveriam ser implementadas, com vistas à reversão da possibilidade de perder materiais importantes que compõem o acervo escolar da Escola Estadual Liceu Nilo Peçanha. A primeira delas, sem dúvida, seria a transposição da documentação para um local que apresente condições físicas adequadas para sua conservação. Tal providência evitaria, inclusive, o risco presente de um desastre para o qual não se tem uma avaliação precisa das proporções que pode assumir, pois o próprio prédio que o abriga pode estar ameaçado em sua estrutura.

Além de um local adequado para abrigá-lo, o acervo demanda investimentos em recuperação e guarda, que se estendem para medidas de tratamento dos documentos, mobiliário para arquivá-los e pessoal qualificado. A questão relativa à contratação de pessoas com formação especializada apresenta-se, então, como central. A gestão que se demonstra necessária sobre modos de organização, disposição e agrupamento em móveis

apropriados, tratamentos específicos para cada tipo de documento, condições de acesso, possibilidades de descarte, enfim, uma série de aspectos envolvidos somente podem ser geridos por profissionais que disponham de qualificação para tal.

Os documentos voltados para a educação e para o ensino apresentam, como aqui indicamos, um enorme silêncio em relação aos acervos escolares. Foi possível constatar que a principal lei educacional do país não expressa determinações sobre os documentos que comprovam e narram a atividade pedagógica. De maneira semelhante, os arquivos não são apresentados como uma possibilidade para a elaboração do conhecimento nas políticas curriculares nacionais e estaduais. Especialmente para o caso do estado do Rio de Janeiro, lugar onde estão situadas diversas instituições educativas antigas e importantes como, por exemplo, a já citada Escola Normal de Niterói, a pouca atenção dada aos arquivos escolares é, no mínimo, constrangedora. O patrimônio documental que constitui tais acervos não tem valor mercadológico e, talvez por esse motivo, seja desconsiderado por documentos prescritivos, como a BNCC e o Currículo Referencial para o estado do Rio de Janeiro, que fazem parte de um projeto educativo neoliberal. As discussões em torno da preservação do patrimônio estão ligadas diretamente à cidadania e ao direito ao acesso à informação. O valor para a memória, para o ensino e para história da educação no Brasil é inestimável.

Por esse motivo, tomamos o desprezo à conservação de tais acervos – dos quais o arquivo histórico existente no prédio do Liceu Nilo Peçanha, na cidade de Niterói, é um exemplo significativo – como parte da crise que vivenciamos atualmente, em diversos âmbitos da sociedade. O arquivo escolar integra parte da memória social de construção de conquistas, marcadas por lutas dos trabalhadores, no âmbito da cidadania. A localização dos prédios escolares, tais como o que trazemos neste artigo, integrou um projeto de incorporação de setores sociais atualmente desarticulados.

A representação sobre o valor da escola e, por extensão, da memória ali conservada, foi corroída por discursos e estratégias mercadológicas que enfraquecem a luta dos setores que reivindicam investimentos em educação

pública. O patrimônio documental é a parte mais frágil no conjunto de prejuízos que assolam o patrimônio histórico da educação como um todo. Patrimônio arquitetônico, patrimônio artístico, patrimônio pedagógico, todos são atingidos pela ausência de uma política de preservação. O acervo documental talvez seja o mais rápida e facilmente invisibilizado nesse processo de destruição.

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

ALVES, Claudia Maria Costa. **A reforma de 1847 no quadro na instrução imperial: significado da criação do Liceu Provincial de Niterói**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987. Dissertação de Mestrado em Educação.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói urbano: a construção do espaço da cidade. In: MARTINS, Ismênia de Lima e KNAUSS, Paulo (Orgs.). **Cidade múltipla: temas de história de Niterói**. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997, p. 19-71.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2018b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciências e Letras** (Porto Alegre), Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan/jun. 2000.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

FARGE, Arlette. **O Sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GOODSON, Ivor F.. **A construção social do currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, p. 9-43, n° 1, jan./jun. 2001.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, jan./abr., 2005b

KOZLOWSKY, Cristiane. **O ensino de História e a formação das professoras na Escola Normal de Niterói nos primórdios da República (1896-1899)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Dissertação de Mestrado em Educação.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

MAIA, Manna Nunes. **The making of empresariado do ensino secundário em Niterói – RJ (1889-1944)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017. Tese de Doutorado em Educação.

NOGUEIRA, Lacerda. **A mais antiga Escola Normal do Brasil (1835-1935)**. Niterói: Oficinas Graphicas do “Diário Oficial” do Estado do Rio de Janeiro, 1938.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p.7-28, dez./1993.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referencial do Estado do Rio de Janeiro. Ensino Médio**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://novoensinomedio.educacao.rj.gov.br/pdfs/curriculo.pdf>

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: **CD Rom Escola de Aplicação: o Arquivo da Escola e Memória Escolar**, 2004.

VILLELA, Heloísa. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de Pádua C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil, do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

VILLELA, Heloísa. **Da palmatória à lanterna mágica: a Escola Normal da província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002, Tese de Doutorado em Educação.